

RESENHAS

A AFETIVIDADE DO EDUCADOR

MAX MARCHAND

TRAD. MARIA LUCIA S.H. BARBANTI E

ANTONIETA BARINI

SÃO PAULO, SUMMUS, 1985

"Se quiséssemos definir a tarefa da educação poderíamos dizer que é a confrontação instável de dois seres face a face e de duas liberdades limitadas pela presença recíproca".

O trecho acima, extraído da conclusão deste livro, resume bem o tipo de análise feita por este autor. Ao enfatizar a dinâmica da relação professor-aluno, ele enfoca, sob o conceito de par educativo, detalhes tão íntimos dessa relação, que transforma sua obra numa verdadeira radiografia do cotidiano escolar.

Os primeiros momentos da leitura nos dão a impressão de que se vai tratar do óbvio, em breve, descobre-se que o "óbvio" nada tem de óbvio. A contribuição fundamental dessa obra está em demonstrar os perigos de uma pseudo-afetividade construída em cima de nossas deficiências e neuroses e, principalmente, os perigos de uma afetividade que não leva em conta as razões do outro (no caso, a criança ou o adolescente).

Para descobrir as nuances da relação professor-aluno, e principalmente, os obstáculos ao exercício do afeto, o autor se baseia em pesquisa realizada na Argélia dos anos 50. E aqui surge a nossa primeira resistência, em relação à qual o próprio autor se manifesta. Qual a validade de entrevistas feitas de modo tão pouco "científico", há mais de três décadas, com crianças colonizadas e professores que representam a dominação européia? Tanto o tema como o tipo de abordagem não estariam ultrapassados?

Há realmente, momentos em que a análise parece simplista, em função do conteúdo de entrevistas informais, às quais faltou a interpretação que resultaria de uma necessária análise do discurso.

Mas, de repente, descobrimos que o "antiquado" ainda não passou. Ou melhor percebemos que certos comportamentos não se transformam tão facilmente e que o "antigo" ainda é atual. Também somos colonizados, e nossos alunos, na maior parte das vezes, são filhos dos oprimidos. Impossível a um professor brasileiro de 1º e 2º graus não se descobrir no decorrer da

leitura. Porque é justamente a vigorosa intuição do autor (e entenda-se intuição aqui como a forma de pensamento superior que vai além das aparências) aliada à força da situação concreta que conseguiu captar, que se impõe ao leitor, com as sugestões dramáticas dos erros desavisados que são cometidos durante a interação professor-aluno.

A idéia de uma infinita variação de pares educativos se construindo entre professor e alunos ao longo da escolaridade é realmente a única capaz de dar conta da complexidade sociológica da sala de aulas. E a proposta de higiene afetiva para o educador chega a ser revolucionária.

Faria, apenas, algumas ressalvas às propostas finais. Ao tentar construir o par educativo ideal, o autor cai nas armadilhas que nos aguardam sempre que tentamos dar "receitas". "Na busca de amor feito de equilíbrio e compreensão (. . .) (o educador) deve dar provas de senso de humor, deve manifestar um amor ao mesmo tempo pessoal a impessoal, deve ser a própria imagem da renúncia e deve adaptar-se à idade, à psicologia e à evolução de cada aluno"

Onde estão as outras influências culturais que atuam sobre a criança (família, meios de comunicação, grupos de referência)? Quer me parecer que a construção do par ideal foi tentada sob uma espécie de vácuo social. O único momento em que leva em conta outros fatores que não a pura interação professor-aluno é quando aconselha ao professor o senso de humor em forma de "leve ironia", como forma de lidar afetuosamente com os alunos, sem incorrer nos perigos de uma ternura ou meiguice mal interpretadas. Alerta então para diferenças de idade e sexo que devem ser levadas em conta na "dosagem" dessa ironia afetiva, porque as meninas, de natureza mais sensível, correm o risco de não terem força de caráter (sic) para aceitar uma linguagem escar-necedora. Isto foi escrito em 1956. Compreende-se o sexismo da época. Mas, de um livro tão crítico em relação às atitudes dos professores e ao processo escolar, podia-se esperar atitude igualmente crítica em relação às diferenças de "modelos" para homens e mulheres. Aliás, por que o garoto não seria também sensível em relação à ironia, embora leve e afetiva? E aqui uma falha técnica. As crianças têm, em geral, dificuldades para "decifrar" ironias. Talvez o autor devesse ter dado outro nome ao tipo de senso de humor que reivindica para a

relação professor-aluno. Parece fora de dúvida que os estudantes ficam felizes quando através de uma brincadeira afetuosa, percebem que foram notados pelo professor.

Mas, estes dois detalhes finais não invalidam as análises do livro como um todo. Leitura acessível, nos desperta toda sorte de reflexão a respeito das mais íntimas ansiedades que permeiam o papel do professor. Verdadeiramente, uma leitura indispensável a todos que desejam refletir sobre a relação "imperialista" que se estabelece entre adultos e crianças.

Dulce C. A. Whitaker

0 A 6 ANOS: ATENDIMENTO EM SÃO PAULO SÃO PAULO, FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS, 1985

A seleção e publicação de quatro textos sobre o atendimento de creches e pré-escolas no município de São Paulo, elaborados pelas pesquisadoras da Fundação Carlos Chagas, ajuda a preencher uma lacuna sentida por todos que estão preocupados com a educação de 0 a 6 anos e que se ressentem da falta de material informativo ou de reflexão.

Felizmente, no ano que passou, vimos a proliferação de encontros, seminários, grupos, onde a questão da educação da criança foi debatida tanto à nível da necessidade de investimentos em estudos e pesquisas, quanto em relação a um debate mais amplo, envolvendo setores da administração pública e privada, responsáveis pelo funcionamento das creches e pré-escolas. Propostas, sugestões, alternativas para uma política de atendimento mais adequada, foram elaboradas e estão sendo discutidas a nível municipal, estadual e federal.

Diante desse contexto, os textos podem auxiliar, e muito, as nossas reflexões: "Crianças e famílias paulistanas" — originalmente elaborado pela equipe de pesquisadores da Fundação Carlos Chagas e apresentado

por Fúlvia Rosemberg à CEI da Câmara Municipal de São Paulo, sobre creches — analisa a questão da creche nas últimas décadas, o surgimento de diferentes arranjos familiares nas populações urbanas principalmente dos trabalhadores assalariados e autônomos que passam a redimensionar as possibilidades da força de trabalho dentro da família. Daí o aparecimento dos movimentos populares de reivindicação junto ao poder público e o desaparecimento do mesmo em termos legais, operacionais e financeiros para efetuar um atendimento adequado. Toda uma gama de problemas são apresentados, que vão desde a definição de creche e pré-escola, ao levantamento dos tipos de experiências em curso até a dificuldade de se trabalhar sem uma política articulada e integrada.

Nada mais sugestivo do que o título "O labirinto do Minotauro" para um texto — também originalmente apresentado à CEI sobre creche, por Regina Pahim Pinto — que aponta questões decorrentes das diferentes "interfaces" que envolvem órgãos, documentos e exigências relativas aos convênios firmados entre o poder público e as entidades sociais que atuam na área de creches.

Um dos caminhos desse labirinto nos conduz à uma surpreendente realidade, ou seja, que os recursos técnicos, administrativos e financeiros utilizados na gerência das creches do município de São Paulo poderão ser "simplesmente" provenientes da administração federal (LBA, MOBRAF, FUNABEM), da administração estadual (Secretaria do Estado da Promoção Social, CEAS, FEBEM, Secretaria da Educação, Fundo Social de Solidariedade do Palácio do Governo, Vara de Menores) e administração municipal (Secretaria da Família e Bem Estar Social, Secretaria da Educação), sendo que uma das modalidades necessárias à administração da creche se dá por meio do estabelecimento de convênios, necessariamente.

"Números" — para efeito de publicação vem desmembrado de "Crianças e famílias paulistanas" — apresenta alguns dados trabalhados sobre pré-escolas e creches dentro da rede municipal de São Paulo. Ressalta a dificuldade de se caracterizar quantitativamente o atendimento existente em São Paulo, e de chegar a uma estimativa precisa do atendimento disponível.